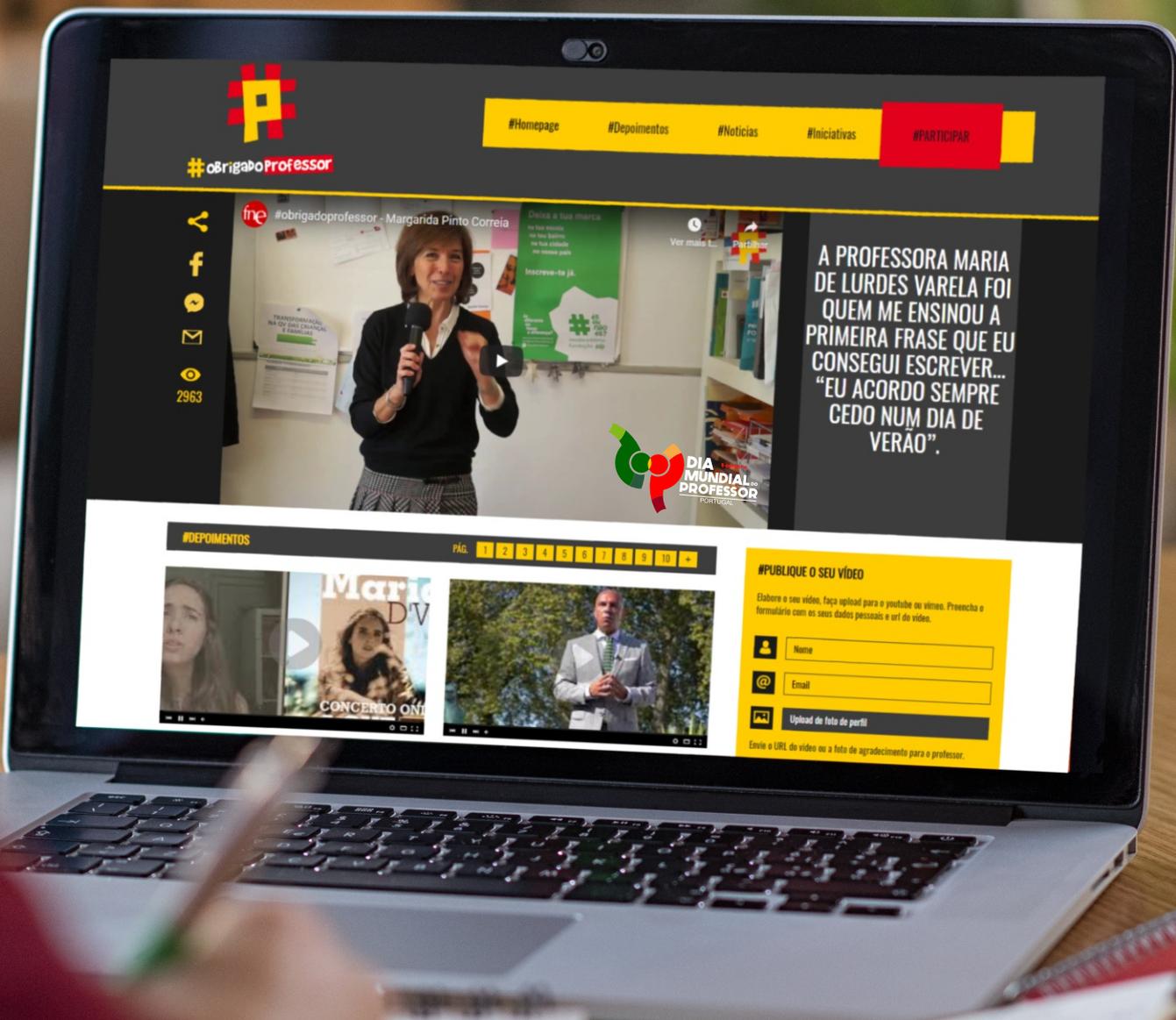


OUTUBRO 2020

Diretor:
João Dias da Silva



FNE no 5 de outubro - Dia Mundial do Professor

**VALORIZAR E DIGNIFICAR
A CONDIÇÃO DOCENTE**

UM ORÇAMENTO DE ESTADO CLARAMENTE INSUFICIENTE

Votado na generalidade, o projecto de Orçamento de Estado vai agora passar à discussão na especialidade, num processo que vai prolongar-se por todo o mês de novembro.

Sobre este documento, a FNE fez uma primeira apreciação que o classificou como insuficiente, inadequado e sem visão estratégica para o futuro.

Na nossa perspetiva, este documento é claramente insuficiente, uma vez que quase ignora as possibilidades mais prováveis de desenvolvimento da difícil situação que vivemos.

O Governo continua a preferir a ilusão à realidade, nomeadamente na área da Educação. O Governo já não acautelou devidamente a preparação do novo ano letivo, o que se traduz hoje numa insuficiência gritante de professores que faz com que haja milhares de alunos sem aulas, numa insuficiência enorme de recursos telemáticos para garantir que todos os alunos desviados da escola por razões sanitárias tenham o acompanhamento a que têm direito, na imposição aos docentes de risco de assegurarem presencialmente as aulas dos seus alunos, numa insuficiência incompreensível de trabalhadores não docentes.

Da mesma forma que foi ineficaz na preparação do novo ano letivo, o Governo ignora as respostas que deveriam constar do Orçamento de Estado para 2021 e que deveriam garantir o rejuvenescimento dos docentes e dos não docentes, a eliminação da precariedade, o reconhecimento da necessidade de medidas concretas para a pré-aposentação dos docentes, o reforço efetivo dos trabalhadores não docentes. Para nada disto se vislumbram respostas.

Com este Orçamento de Estado, o Governo limita-se a ignorar o futuro e a responsabilidade que lhe cabe para o preparar adequadamente.

João Dias da Silva
Secretário-Geral



NESTA EDIÇÃO

P.2 - EDITORIAL | **P.4, P.5** - FNE COM OS OLHOS NO PRESENTE E NO FUTURO DA EDUCAÇÃO E DOS PROFESSORES | **P.6** - JOÃO DIAS DA SILVA NO DIA MUNDIAL DO PROFESSOR: «NOS MOMENTOS DIFÍCEIS DIZEMOS PRESENTE; AGORA PROJETAMOS O FUTURO» | **P.7** - FNE CONGRATULOU CPLP-SE NO DIA DO LANÇAMENTO DO NOVO SÍTIO NA INTERNET | **P.8 À P.10** - ANTÓNIO NÓVOA: “TEMOS DE RECONQUISTAR O LUGAR CRIATIVO QUE ERA A ESCOLA” | **P.11** - SECRETÁRIO-GERAL DA FNE REPRESENTOU PROFESSORES PORTUGUESES | **P.12** - OS PROFESSORES DO EPE FAZEM A DIFERENÇA! | **P.14 À P.16** - NEGOCIAÇÃO COLETIVA É FUNDAMENTAL PARA REGULAR O TELETRABALHO | **P.17** - OE2021 NEM ADEQUADO, NEM SUFICIENTE E COM FALTA DE VISÃO PARA O FUTURO | **P.18 À P.20** - “SINDICATOS SÃO FUNDAMENTAIS PARA A COESÃO SOCIAL” | **P.21** - AO PESSOAL DE APOIO EDUCATIVO | **P.22** - CSEE: EM TEMPO DE PANDEMIA, NOVOS DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO | **P.23, P.24** - DIPLOMAS PUBLICADOS EM DR SETEMBRO DE 2020 | **P.25** - +VANTAGENS FNE

Professores na linha da frente

#obrigadoProfessor
www.obrigadoprofessor.pt

Acompanhe online a nossa celebração do
Dia Mundial do Professor 2020

Webinar com António Nóvoa

Hasteamentos de bandeira

Depoimentos

Concertos

Dia 5 de outubro, Dia Mundial do Professor FNE com os olhos no presente e no futuro da educação e dos professores



A FNE comemorou o Dia Mundial do Professor com uma emissão online de vários conteúdos realizados pelos seus Sindicatos e com o webinar "E agora, Professores?", que contou com o Professor Doutor António Nóvoa como orador convidado.

Foram mais de 12 horas de partilha de conteúdos nas redes sociais da FNE e da campanha #obrigadoprofessor, que serviram para homenagear os professores portugueses, que nos momentos difíceis que vivemos, durante a pandemia de COVID-19, têm dito presente, não virando a cara às enormes insuficiências tantas vezes sublinhadas de um sistema de educação e formação no qual tão pouco se tem investido ao longo de tantos e tantos anos.

A celebração deste dia 5 de outubro, que serve de afirmação para um tempo que se quer de esperança, mas também de reconhecimento e valorização da vida profissional dos docentes portugueses, permitiu ainda projetar o futuro da educação, no webinar com a participação de António Nóvoa que refletiu sobre as questões levantadas ao futuro da carreira e da profissionalidade docentes.

Com moderação do SG da FNE, João Dias da Silva e de Álvaro Santos, Presidente da Mesa da Assembleia Geral da ANDAEP, este debate seguiu a linha definida pela Internacional da Educação "Professores na linha da frente", procurando-se reforçar a mensagem da importância do reconhecimento pela sociedade do papel fundamental que os professores

desempenham e que apenas com educadores e professores prestigiados, valorizados e reconhecidos é que se alcançará a promoção de uma escola melhor, uma escola de qualidade, inclusiva e equitativa e em cenários educativos adequados.

Também englobado nas comemorações do Dia Mundial do Professor, a FNE participou na emissão online de 24 horas da Internacional da Educação (IE), com a divulgação de vários conteúdos vídeo ligados à iniciativa #obrigadoprofessor. Este webcast foi acompanhado em todo o mundo em www.5oct.org/pt-br/. Com esta ação, a IE pretendeu mostrar ao mundo que os professores estão unidos para liderar a linha da frente e ensinar ao mundo as lições que a pandemia nos trouxe.

Em Portugal, e ao longo do dia, foram vários os registos em diferido e em direto que foram publicados e que passaram por reportagens do hasteamento da bandeira #obrigadoprofessor em várias escolas de norte a sul do país, por depoimentos de várias personalidades, professores, dirigentes dos Sindicatos de Professores da FNE, por apresentações de dinâmicas e ações, pela atuação do coro "Coral Cantata Viva", por uma celebração junto do monumento ao Professor na Póvoa de Lanhoso e pelo concerto online de Maria D'Varia a fechar a noite.

Pela linha de tempo das redes sociais da FNE e #obrigadoprofessor passaram vários testemunhos de agradecimento de trabalhadores da educação e de personalidades da nossa vida cultural a recordar docentes que fizeram a diferença pela positiva no seu percurso escolar. Tudo com a marca da campanha #obrigadoprofessor, que a FNE desenvolve desde 2015.

O Dia Mundial do Professor comemora-se em todo o mundo no dia 5 de outubro e celebra a profissão docente e o papel que

estes profissionais da Educação desempenham na procura de uma sociedade mais justa, equitativa, sustentável e de qualidade para todos.

Na saudação deste ano do Dia Mundial do Professor, o SG da FNE, João Dias da Silva, recordou e deixou também a garantia que nos tempos difíceis dizemos presente! Agora projetamos um futuro de valorização!

A FNE não desiste de o construir. E só com os seus Sindicatos for-

tes e ativos é que pode aspirar a fazê-lo. Só será capaz de construir propostas e atingir objetivos se todos estivermos juntos, na defesa de propostas conjuntas e nas ações que forem necessárias para as atingir. Por isso, a FNE quer fazer ainda mais fortes os seus sindicatos, para que, juntos, mais fortes e mais unidos, atinjam os objetivos de um futuro da educação que saiba responder aos desafios de uma profissionalidade docente digna do esforço individual e coletivo de todos os seus profissionais.



João Dias da Silva no Dia Mundial do Professor: «Nos momentos difíceis dizemos presente; agora projetamos o futuro»

Nos momentos difíceis dizemos presente; agora projetamos o futuro.

Em Portugal e em todo o mundo, temos vivido uma situação extraordinária que fez emergir respostas educativas totalmente novas e que nunca tinham sido imaginadas. À surpresa das novas circunstâncias impostas pela pandemia teve de se associar a capacidade para, de um dia para o outro, alterar rotinas e experimentar novas formas de organização da sociedade e do processo de ensino-aprendizagem.

Neste contexto, os educadores e professores portugueses foram incedíveis no trabalho que desenvolveram, procurando colmatar as enormes insuficiências tantas vezes sublinhadas de um sistema de educação e formação no qual tão pouco se tem investido ao longo de tantos e tantos anos.

Mas foi pela ação direta dos educadores e professores portugueses que milhares de alunos não perderam a ligação às suas escolas e ao desenvolvimento dos conteúdos programáticos.

É certo que esse esforço não foi suficiente para impedir que muitos alunos tenham sentido de um modo extraordinário os efeitos negativos da ausência da escola, dos seus professores e dos seus colegas.

Mas o que ninguém nega é a extraordinária dimensão do esforço desenvolvido.

Foi assim que nestes momentos tão exigentes, também os educadores e professores portugueses disseram presente.

Muita gente e muitos políticos reconheceram esse enorme esforço e essa enorme mobilização.

Mas agora é preciso que esse reconhecimento se traduza na valorização destes trabalhadores.

É preciso que a precariedade seja substituída pela estabilidade.

É preciso que os jovens tenham direito a uma perspetiva de emprego estável.

É preciso que se assegure um regular desenvolvimento das carreiras que reconheça o trabalho que é desenvolvido com empenho.

É preciso que a aposentação seja atingida em tempo e em condições que permitam a vida com dignidade àqueles e àquelas que se entregaram com empenho às suas profissões.

É preciso que se respeitem os limites do tempo de trabalho e que se promova realmente a conciliação do tempo de vida profissional com o respeito pela vida pessoal e familiar.

É preciso que o sistema de educação e formação assegure a equidade no acesso à educação e à formação e no sucesso dos percursos escolares.

É preciso desenhar um horizonte de justiça e de respeito para o futuro de todos nós que substitua o desalento que a sucessão de políticas erradas tem instalado entre todos nós.

Foi este o papel de três documentos que o Secretariado Nacional da FNE aprovou no passado dia 8 de setembro e que constituem manifestos que publicamente exprimem os projetos que apresentamos para a valorização da carreira dos educadores e professores portugueses.

É por isso que neste 5 de outubro de 2020, Dia Mundial do Professor, a Federação Nacional da Educação – FNE – afirma que este também tem de ser tempo de esperança num futuro melhor, não só em termos de saúde, como em termos de vida profissional.

Nos tempos difíceis dissemos presente! Agora projetamos um futuro de valorização!

Nós não desistimos de o construir. E só juntos é que o conseguiremos fazer. Só com os nossos Sindicatos fortes e ativos é que poderemos fazê-lo. Só seremos capazes de construir propostas e atingir objetivos se estivermos juntos, na defesa das nossas propostas e nas ações que forem necessárias para as atingirmos. Por isso, vamos fazer ainda mais fortes os nossos sindicatos, para que, juntos, mais fortes, cheguemos aos nossos horizontes.

Viva o Dia Mundial do Professor!



FNE congratulou CPLP-SE no dia do lançamento do novo sítio na internet

A CPLP-SE lançou a 5 de outubro o seu novo sítio na internet e a FNE, através do seu SG, não quis deixar de endereçar palavras de congratulação pelo trabalho desenvolvido:

«É muito significativo que a nossa CPLP-SE tenha decidido lançar o seu sítio na Internet no Dia Mundial do Professor de 2020.

Este é sempre um dia particularmente importante para todos nós e este ano a sua importância está reforçada pelo contexto especial que vivemos, em que os educadores e professores de todo o mundo têm estado na linha da frente pela equidade e pela segurança dos seus alunos.

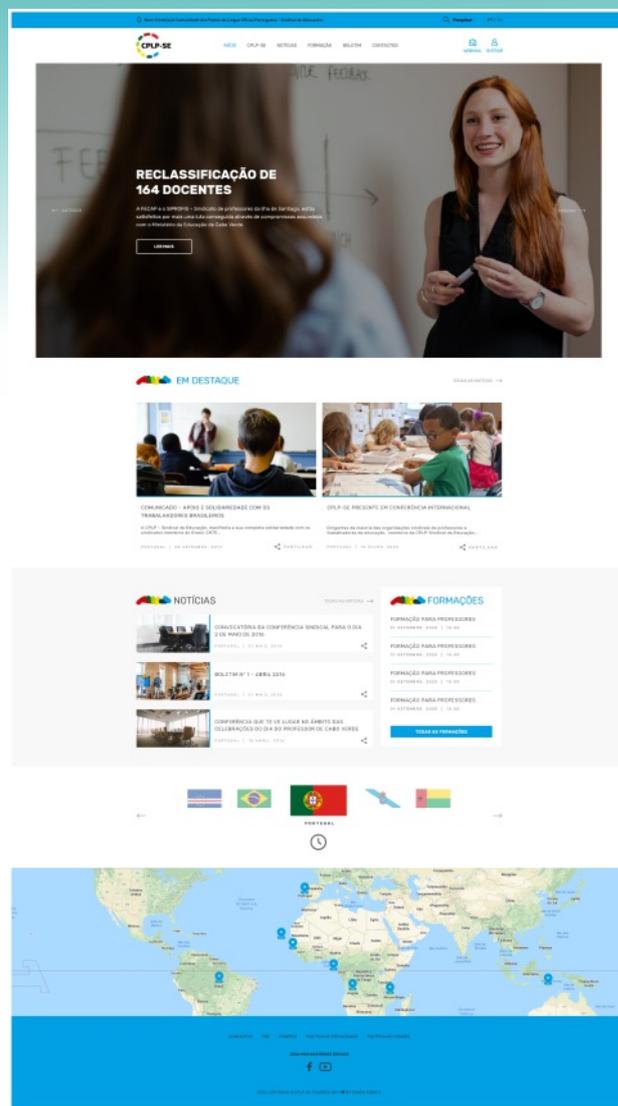
Tem sido largamente reconhecido por toda a sociedade este forte envolvimento dos educadores e professores na operacionalização de respostas educativas que tentaram superar as dificuldades criadas pela decisão que foi generalizadamente adotada de encerrar as escolas.

Mas essa mobilização e esse empenhamento, bem como as iniciativas inovadoras voltaram a marcar o momento em que aos poucos os sistemas educativos foram reabrindo e agora quando de uma forma mais ou menos global se inicia o novo ano letivo.

É nossa obrigação, pela nossa responsabilidade social, fazer com que as palavras com que os professores têm sido louvados, sejam transformados em medidas concretas de valorização destes profissionais, das nossas remunerações, das nossas carreiras, das nossas condições de trabalho.

Nós, enquanto sindicatos, temos de estar também na linha da frente para a determinação das medidas que reforcem a imagem social dos professores e a valorização que a sociedade e os governos têm de nos proporcionar. E seremos capazes de o fazer de uma forma ainda mais forte se o fizermos solidariamente.

Por isso o papel da CPLP-SE é assim muito importante, devendo ser reconhecido e louvado o trabalho de



todos os que têm contribuído para o seu crescimento e o seu fortalecimento, de que é exemplo este lançamento do novo sítio da CPLP-SE na Internet.

Quero, assim, aproveitar esta oportunidade para, em nome da FNE, saudar solidariamente todos os sindicatos que constituem a CPLP-SE, e através deles todos os trabalhadores da educação dos nossos países.

Viva o Dia Mundial do Professor»

António Nóvoa no Webinar da FNE/CANAL4: "Temos de reconquistar o lugar criativo que era a escola"



"E agora, professores?". A regra diz que dificilmente se começa um texto com uma questão, mas neste caso o tema do webinar organizado pela FNE/CANAL4, no âmbito das comemorações do Dia Mundial do Professor, foi um tiro certo na procura de pistas para a reinvenção do futuro da educação.

Mas nem só de futuro se falou neste webinar em que o Professor Doutor António Nóvoa foi o orador convidado. O presente e as consequências da pandemia de COVID-19 na educação foram outro ponto na conversa moderada por João Dias da Silva, Secretário-Geral da FNE, e Álvaro Almeida dos Santos, Presidente da Assembleia Geral da ANDAEP, e que fez despertar também nas centenas de participantes a ideia de que apenas com sentido colaborati-

vo a educação pode evoluir e acompanhar a mudança que se prevê para os próximos tempos.

António Nóvoa considera que esta é uma fase "onde se vive a maior experimentação de sempre na educação, mas que acaba por acontecer de modo selvagem, espontâneo e onde os aspetos negativos são mais que os positivos", isto porque, nas palavras do atual embaixador de Portugal junto da UNESCO, "a grande parte dos aspetos que discutimos hoje como maus, não são problemas de hoje. Eles apenas foram mais revelados e acelerados pela pandemia", considerando ainda que este é o fim de uma era e o começo de outra, mesmo que "não sabendo bem o que aí vem, o fundamental é identificar como não queremos que seja".

E para esse princípio de organização de pensamento, António Nóvoa descreveu as três lições ou tendências (todas anteriores à pandemia) que, no seu ver, se devem tirar do Covid-19: em primeiro lugar a tendência da digitalização da escola, defendida pelos futuristas da educação que, no limite, faz com que os professores sejam transformados no que a OCDE chamou, num recente documento, "os professores micro-ondas". Estes futuristas preveem o fim da escola como a conhecemos, devido à utilização do digital e da inteligência artificial para o futuro dos ambiente escolares, somando ainda a este tema que tal "não significa que não se coloque o digital num patamar importante. Não podemos é permitir a utilização de uma visão exclusivamente digital".

O papel do professor como apenas um moderador no ensino por via digital merece de António Nóvoa o alerta: "se isto acontecer, é o fim da escola! O perigo é que esta é uma ideia que muitos alimentam e que temos de combater. Esta atitude e a personalização da aprendizagem são o caminho para o fim da capacidade de criar e do conhecimento comum", afirmou. Na visão de António Nóvoa este não é um futuro desejável para a educação.

PROFISSIONAIS DOS CONHECIMENTOS

A segunda tendência – di-lo com ironia - é a domesticação da educação, ou seja, o regresso da escola à esfera doméstica – esta domesticação da educação tem um efeito negativo, pois retira as crianças do seu lugar comum e não valoriza as formas de aprendizagem que vão além da escola. "Deixo até um exemplo engraçado para percebermos como esta pandemia potenciou a mudança: **no Brasil perguntaram a uma criança o que ela mudava nestes tempos de ensino em casa. E ela respondeu que queria voltar a ser aluna de uma professora e não aluna da mãe. Acho que isto é revelador**", sublinhou o orador. António Nóvoa também não deseja esta tendência.

A terceira tendência, que se vem acentuando desde 2016, é a valorização dos professores, cuja força e atuação se destacou sobremaneira durante a pandemia, no meio da desorganização estatal. Para sublinhar a relevância desta última tendência, António Nóvoa socorreu-se de Alain Bouvier, que afirmou que "em França foram os professores que salvaram a escola durante o confinamento". Temos de reconhecer a dificuldade que se exigiu aos docentes durante esta pandemia. Mas esta é também uma janela de oportunidade que

pode abrir espaço para políticas públicas de maior reconhecimento da carreira docente. E hoje que se celebra o Dia Mundial do Professor, vamos ter esperança para o futuro".

Para António Nóvoa, a questão dos professores como tutores é uma situação diminuidora da profissionalidade docente e exige de todos nós "uma mudança na escola para um novo ambiente educativo. E é nesta mudança que se deve repensar a escola para o pós-COVID, sendo esta uma discussão que se torna cada vez mais urgente. O orador deixou aqui três ideias: primeiro que os professores são profissionais do conhecimento, ou dos conhecimentos, e das diversas formas do saber; segundo: necessitamos da dimensão da colaboração, dentro e fora das escolas, de uma cultura profissional

colaborativa, aprofundando a autonomia da liberdade; terceiro: a cidadania e o compromisso social são centrais, assim como a capacidade de participação e de decisão. A capacidade de participação não pode ser afastada da capacidade de decidir. Sem isso nas escolas, essa autonomia não existe". António Nóvoa remata: "É esta a profissão docente que precisamos de conquistar".

Que papel têm os professores nas políticas públicas de educação? Para se reinventar a escola, insiste o orador, são precisos professores com conhecimento, acrescentando que isso implica mudanças na formação inicial e na entrada da profissão, pois segundo a UNESCO faltam 69 milhões de professores no mundo e essas alterações podiam tornar a profissão mais atrativa.



REPENSAR OS AMBIENTES EDUCATIVOS

Álvaro Almeida dos Santos e João Dias da Silva partilharam dos receios de António Nóvoa relativamente à digitalização e ao risco da aplicação do professor como mero moderador de tecnologias, com o SG da FNE a partilhar da opinião de que "aproveitar os melhores de cada geração para serem professores é aquilo que não vemos acontecer. Temos um corpo docente envelhecido e a profissão docente é pouco atrativa. E sim, temos necessidade de fazer mudanças na formação inicial e também na contínua. Sem dúvida que para evitar os males futuros, temos de ser atores nos processos de mudança - já no presente", sublinhou.

A tudo isto, António Nóvoa acrescentou que "renovação e formação são o tema central, pois sem isso não há mudança. Se a escola for um espaço de mudança, atrai jovens. Há um debate a fazer e que se estende

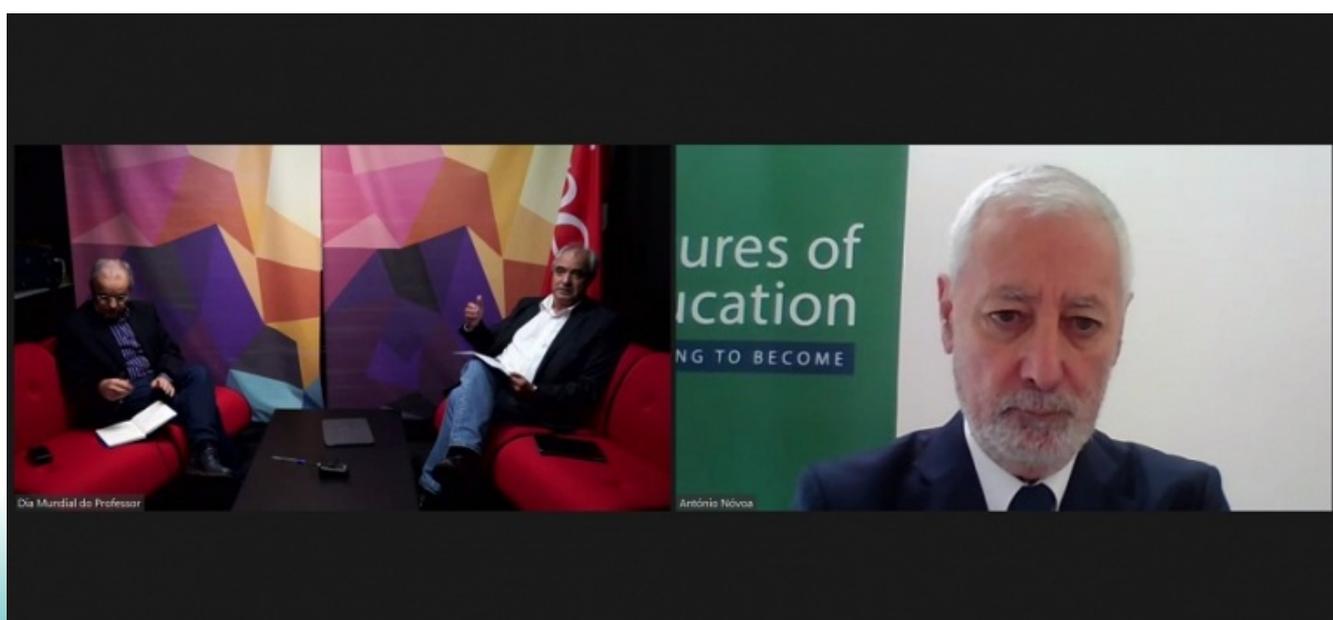
às universidades pois muita gente se queixa que ali não se passa nada, que o ensino não é estimulante. Temos de reconquistar esse lugar criativo que era a escola". A liberdade de experiências é o foco principal do antigo reitor da Universidade de Lisboa, que diz ainda não confiar na legislação, preferindo a mudança às reformas.

João Dias da Silva criticou ainda as burocracias criadas pelo governo e que não permitem que os professores se tornem profissionais do conhecimento, nem que sejam colaborativos, como perspectiva António Nóvoa. E no seguimento dos aspetos negativos que assombram o presente, Nóvoa revelou que num documento da União de Bancos Suíços, publicado recentemente, "se dizia que a escola não é importante para aprender, mas sim para ficar com as crianças quando os pais vão trabalhar. Fiquei atónito! Se é para isto, então não quero escolas no futuro. Se o ensino vai centrar-se no que acontece

dentro de uma sala de aula, não vale a pena pensar em cenários colaborativos. Estes cenários só acontecem em ambientes educativos que o permitam. É como lançar crianças e pedir coisas que aquele ambiente não permite".

"A isto", prossegue António Nóvoa, "junta-se a questão dos programas e orientações que devem ser cada vez mais reduzidas, de forma que permitam a autonomia dos docentes. Isto são ideias que já vêm de 1930. É tempo de repensar os ambientes educativos, na reorganização da sala de aula, da escola, dos currículos, do trabalho dos alunos".

A fechar, e em tom de desafio positivo, João Dias da Silva registou a disponibilidade de António Nóvoa para os combates que a educação tem pela frente, com mudanças que são essenciais, em nome da valorização de uma carreira docente reconhecida, empenhada, participante e responsável.





#DiaMundialDosProfessores

Liderando

Registre-se hoje no www.5oet.org | #5oetlive

Internacional da Educação celebrou Dia Mundial do Professor Secretário-Geral da FNE representou professores portugueses

O Secretário-Geral (SG) da FNE, João Dias da Silva, representou os educadores e professores portugueses no programa de comemoração do 5 de outubro, Dia Mundial do Professor, pela Internacional da Educação (IE), com uma mensagem gravada em vídeo, transmitida no bloco da Região Europa – Comité Social Europeu da Educação (CSEE) daquela organização global.

Na sua intervenção, João Dias da Silva sublinhou que no contexto difícil da pandemia “os educadores e professores portugueses foram incedíveis no trabalho que desenvolveram, procurando colmatar as enormes insuficiências, tantas vezes sublinhadas, de um sistema de educação e formação no qual tão pouco se tem investido ao longo de tantos e tantos anos”.

O SG da FNE concluiu que “foi a ação direta dos educadores e professores portugueses que promoveu o facto de milhares de alunos não perderem a ligação às suas escolas e ao desenvolvimento dos conteúdos programáticos”, destacando que “muita gente e muitos políticos reconheceram esse enorme esforço e essa enorme mobilização”, mas que é preciso agora que “esse reconhecimento se traduza na valorização destes trabalhadores”.

O programa da celebração mundial do dia 5 de outubro da Região Europa da IE foi liderado por Christine Blower, Presidente do CSEE, e contou com as intervenções da Diretora do CSEE, Susan Flocken, da Primeira Ministra Federal da Alemanha, Anja Karliczek, e da Primeira-Ministra da Noruega, Erna Solberg.

Pela parte sindical, representaram os professores Frantisek Dobsik, Secretário-Geral do CMOS (República Checa), Galina Merkulova, Presidente do ESEUR (Rússia), Yanka Takeva, Secretária-Geral do SEB (Bulgária), o Secretário-Geral do KTOS, Sener Elcil (República Turca do Norte de Chipre) e João Dias da Silva, pela FNE (Portugal).

Fizeram ainda parte do programa europeu o Diretor da Organização Mundial de Saúde, Tedros Adhanom, o Secretário-Geral da IE, David Edwards, a Presidente da Federação Americana de Professores (AFT), Randi Weingarten, o Diretor de Educação e Competências da OCDE, Andreas Schleicher e a líder da Confederação Sindical Internacional (CSI), Susan Burrow.

SPCL - Dia Mundial do Professor

Os Professores do EPE fazem a diferença!

O Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas (SPCL) não quis deixar passar a comemoração do Dia Mundial do Professor e deixou também uma mensagem a todos os docentes portugueses espalhados pelo mundo, em particular os professores do Ensino de Português no Estrangeiro (EPE):

"Como ninguém aprende sozinho, todos precisamos de professores, não só para nos ensinarem as várias matérias escolares, mas também para despertar e incentivar em nós o gosto pelo estudo e pelo *"saber mais"*, ao mesmo tempo que, aos poucos, nos iam inculcando hábitos de trabalho e métodos de aprendizagem que depois nos acompanharão na vida adulta.

"Aluno és, professor serás" é uma expressão que, embora não possa ser aplicada na generalidade, aponta para os muitos e muitos casos em que um aluno, inspirado por um ou vários professores, decidiu mais tarde seguir essa profissão.

Haverá momento mais gratificante para uma professora ou professor que aquele em que um aluno diz que quando crescer também quer ser professor?

Só essa pequena frase compensa tantos esforços, tantas fadigas e, diga-se a verdade, também muitas desilusões.

Porque ser professor não é fácil, como todas as profissões em que se lida diretamente com seres humanos, sendo sempre necessário desenvolver uma forte empatia para se poder abarcar a grande diversidade existente entre as crianças jovens a lecionar diariamente.

Há professores e professores, mas há sem dúvida uma classe de professores especial, os Professores de Português no Estrangeiro, aqueles que, além de ensinarem a nossa língua tanto a alunos estrangeiros como a portugueses em vários países do mundo, transmitem também a estes últimos os conhecimentos sobre a nossa cultura, a nossa História, as nossas tradições, construindo uma "ponte" cultural e afetiva entre o país onde os alunos se encontram e o de origem.

Os magustos, as filhoses, as vindimas, o arroz-doce e os pastéis de nata fazem tanto parte da aula de um professor de Português no estrangeiro como as províncias portuguesas, o D. Afonso Henriques ou a conjugação verbal.

O Professor de Português no Estrangeiro não é apenas um professor, é um representante de um país que muitos alunos só conhecem durante as férias, é, por assim dizer, um bocadinho de Portugal que ali está presente, com o objetivo de que os seus alunos, muitas vezes bem afastados geograficamente, não deixem de ser portugueses, apesar da convivência diária com outras línguas e outras culturas.

Os Professores de Português no Estrangeiro, muitas vezes ignorados, desconhecidos e até negligenciados, fazem realmente a diferença, pois evitam que a integração, desejável, passe a ser a indesejável assimilação, e que as crianças e jovens portugueses no estrangeiro mantenham a sua identidade, sentindo-se bem tanto no país em que se encontram como naquele em que têm as suas raízes, porque assim como uma planta não pode sobreviver sem raízes, também um ser humano necessita das mesmas para desenvolver todo o seu potencial.

Os Professores de Português no Estrangeiro, cujo trabalho muitas vezes não é levado a sério como devia, esquecidos porque muitos trabalham extra-horário, com pequenos grupos de alunos em pequenas localidades, às quais levam a nossa língua e a nossa cultura, deveriam ser mais vezes lembrados e mencionados, e não apenas no Dia do Professor, porque, realmente, fazem a diferença, mantendo vivas a Língua e Cultura Portuguesas no estrangeiro".

Teresa Soares
Presidente do SPCL



CANAL

WWW.CANAL4.PT



30 SET. 2020

17:00H - 18:30H

Teletrabalho na Contratação Coletiva: onde estamos, para onde devemos ir

ORADORES:



Carlos Alves

Licenciado em Direito.

Responsável pelo Gabinete Jurídico da UGT desde 2002.

Membro do Secretariado Nacional da UGT desde 2008 e Secretário Executivo desde 2017.

Membro do Centro de Relações Laborais (CRL) e do Conselho Económico e Social (CES).

Integra com regularidade a delegação portuguesa à Conferência Internacional do Trabalho (OIT).



Elizabeth Barreiros

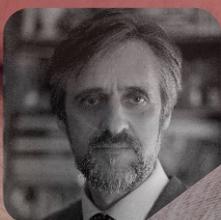
Membro do Secretariado Sindical do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas – SBSI.

Membro do Standing para o Bureau Executivo (composto por representantes sindicais de 10 bancos centrais do Eurosistema).

Presidente do Secretariado da Ala de Quadros da UGT.

Membro da Comissão Executiva do Eurocadres.

MODERAÇÃO:



José Cordeiro

Secretário-Geral Adjunto da UGT



Joaquim Santos

Membro advogado da Comissão Executiva da FNE

Vogal da direção da AFIET

Membro do Secretariado Nacional da UGT



facebook.com/canal4pt

A participação é gratuita mas com inscrição obrigatória.

WEBINAR

Negociação coletiva é fundamental para regular o teletrabalho



O canal4 da AFIET - Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho, promovida pela Federação Nacional da Educação (FNE) e pelos seus Sindicatos membros, realizou em 30 de setembro o terceiro webinar temático sobre "O Teletrabalho no Direito: os Direitos no Teletrabalho", desta feita intitulado "Teletrabalho na Contratação Coletiva: onde estamos, para onde devemos ir", em que ficou provado que o movimento sindical está atento e vigilante relativamente às questões do teletrabalho e que urge levar a cabo uma rápida regulamentação para um futuro que pode estar bem mais próximo, do que pensávamos há alguns meses.

Reconhecidos especialistas no campo profissional e sindical, Carlos Alves, Secretário Executivo da UGT (responsável pelo Gabinete Jurídico da central) e Elizabeth Barreiros, Presidente do Secretariado da Ala de Quadros da UGT, foram os oradores convidados desta iniciativa que contou com a moderação de José Cordeiro, Secretário-Geral Adjunto da UGT (União Geral de Trabalhadores) e de Joaquim Santos, membro advogado da Comissão Executiva da FNE.

José Cordeiro que foi quem lançou o debate, procurando saber junto dos oradores convidados se a visão sindical permite a existência de várias linhas que permitam a regulação

do teletrabalho durante e pós a pandemia de COVID-19, realçando também o propósito positivo de ações como este webinar para a formação de sindicalistas mais preparados para a negociação desta matéria.

"ESTA REGULAÇÃO É JÁ A PENSAR NO FUTURO»

Carlos Alves respondeu a este desafio com o exemplo espanhol, também referido por José Cordeiro na sua introdução, e que consiste na apreciação das modificações e adaptações que estão a ser feitas, não só no país vizinho como também noutros países europeus, na regulação do trabalho a distância, que nós "não podemos ignorar".

Para o responsável pelo gabinete Jurídico da UGT "existem três grupos de pessoas nesta questão do teletrabalho: os defensores incondicionais do teletrabalho; os detratores, que apenas apontam desvantagens; e o movimento sindical, que procura vantagens e formas de regular pela negociação coletiva e leis", acrescentando ainda que "há algo relevante que merece reflexão, porque é diferente regular algo para 2-3 meses, como aconteceu agora no confinamento, ou numa regulação a pensar em vários anos".

Também por isso, Carlos Alves deixou o alerta de que "é preciso desmontar a ideia de que esta situação é toda nova. Não é. Já existiam setores laborais que usavam teletrabalho. Aliás, desde 2003 que Portugal tem regulação para trabalho fora do escritório. O problema atual é que o teletrabalho tem muitas ramificações e o objetivo é que o trabalhador deve ser equiparado ao trabalhador que está num local de trabalho da empresa".

No entender deste especialista em legislação laboral "não podemos esquecer que nem todos os trabalhadores podem fazer teletrabalho. Mas, claramente, há oportunidade de ir mais longe na negociação

coletiva e resolver aquilo que se deve regular como voluntariedade do teletrabalho, as condições de acesso, o direito de reversão e muito importante, as questões da segurança e saúde no trabalho onde se inclui a situação dos seguros cobrirem fora das instalações da empresa, assim como o material que deve ser proporcionado ao trabalhador para cumprir o teletrabalho", defendendo ainda que o combate ao isolamento é um desafio também para a negociação coletiva, com a progressão e a formação a terem papel de relevo nesta questão, pois "é fundamental manter-se, mesmo que de outra forma, o acesso à formação. E os sindicatos devem manter uma ligação grande com as empresas, de forma a perceberem a dimensão total de trabalhadores em teletrabalho nos vários setores".

Carlos Alves não vê necessidade de urgência na regulação do teletrabalho. Para o responsável pelo Gabinete Jurídico da UGT "não sabemos o que aí vem. Temos de evitar que a negociação coletiva se adiante para um quadro que depois pode ser diferente". Acima de tudo, é preciso responder aos anseios dos trabalhadores, que estão sempre a evoluir, e preparar o contexto de crise que aí vem e que vai colocar ao teletrabalho

desafios acrescidos, pois "é preciso uma discussão de fundo sobre os trabalhadores do futuro. O teletrabalho parcial pode ser um caminho. Temos de regular, mas também modelar e permitir que a negociação coletiva siga esse caminho de forma equilibrada para todos".

«ESTA CRISE ABRIU UMA PORTA QUE DIFICILMENTE VAMOS FECHAR»

Por seu lado, Elizabeth Barreiros concordou com muito do que foi dito na intervenção de Carlos Alves e abriu a sua intervenção alertando para as dificuldades sentidas pelas mães em teletrabalho, com crianças, assim como para a necessidade de acautelar o direito a desligar.

E por isso, para esta dirigente de Quadros a nível europeu, "regulação é a palavra-chave para a questão do teletrabalho, mas não só. Os trabalhadores continuam a ser controlados como operários fabris, com horários fixos e uma cultura onde o que interessa é cumprir objetivos". Ora, este é um desafio para os patrões. Mas, segundo a dirigente do SBSI, alguns setores já apresentaram propostas onde se define o período de tempo de trabalho, os meios a usar ou a manutenção de subsídios.

E por falar em desafios, Elizabeth Barreiros referiu que os sindicatos têm de se preparar para os novos perfis da classe trabalhadora "percebendo que temos de entender que o teletrabalho tem perigos e entender se o futuro passa pela perda de identidade das empresas e por uma maior proximidade entre trabalhadores, empresas e sindicatos". Para a oradora convidada esta é a maior mudança organizacional dos últimos anos "e é muito perigoso se os sindicatos não são consultados, nem participam em todo este processo futuro".

Quanto à questão do direito a desligar "este devia ser o 'cavalo de batalha' do teletrabalho. São muito poucas as empresas que incluem cláusulas que permitam desligar a partir de determinada hora. Aqui o setor bancário tem sido pioneiro", afirmou.

Já na fase aberta a perguntas dos participantes, Elizabeth Barreiros lembrou, a propósito de uma questão sobre a negociação coletiva não ter inovação,

que é complicado enquadrar todas as situações possíveis: "por exemplo, um trabalhador pode preferir trabalhar de noite. Mas isso implica ter ligação com outros colegas que podem preferir trabalhar de dia e não estar disponível naquele horário. Como gerir isto? É necessário tentar enquadrar vontades na negociação coletiva, mas vamos sempre ter uns contra a vontade de outros".

Já Carlos Alves defendeu a ideia de que neste caso não pode ser dada ao trabalhador a possibilidade de escolher horário de trabalho, sob pena de não ir ao encontro de horários de colegas. Tudo isto tem de ter uma reflexão ainda muito grande.

Noutras questões, como relativamente a acidentes de trabalho e doenças profissionais no regime de teletrabalho, o especialista jurídico da UGT assumiu que é um assunto que passa mais pela relação entre seguradoras e empresas. Mas que é preciso começar também a pensar sobre isso.



Daí defender que "é preciso mais criatividade. O papel principal será sempre da negociação coletiva, mas é preciso um trabalho de fundo para enquadrar neste regime os trabalhadores de vários setores diferentes, com necessidades e características diferentes e até trazer alguns desses trabalhadores desta nova geração para o meio sindical, para que a regulação conte com contributos mais inovadores", sugeriu.

Em suma, este webinar permitiu concluir que a regulação que se pretende já atinge o pós pandemia, pois muita coisa vai mudar nos próximos meses/anos. Há a certeza de que o movimento sindical não pode "perder este comboio", pois têm um papel fundamental na legislação que é necessário adaptar.

Os sindicatos estão atentos e procuram neste período as melhores respostas para as várias questões que precisam de regulação e que a pandemia acentuou no teletrabalho.

A red poster for a webinar. At the top left is the Canal logo and website. In the center, a white house icon contains a person at a laptop. To the right, the date and time are listed: 30 SET. 2020, 17:00H - 18:30H. Below this is the title: 'Teletrabalho na Contratação Coletiva: onde estamos, para onde devemos ir'. The poster lists speakers: Carlos Alves (Diretor de Recursos Humanos da UGT), Elizabeth Barreiros (Membro do Secretariado Sindical da UGT), and José Carabino (Secretário Regional da UGT). It also lists the moderator: Joaquim Santos. At the bottom, it says 'LIVE' and 'A participação é gratuita mas com inscrição obrigatória'.

FNE considerou OE2021 nem adequado, nem suficiente e com falta de visão para o futuro

Num comunicado lançado a 14 de outubro, a FNE deixou críticas à proposta de Orçamento do Estado para 2021 (OE2021) considerando que este não responde às necessidades e problemas das escolas que a situação de emergência exige, nem apresentar medidas estratégicas que permitam o rejuvenescimento dos docentes e dos não docentes, a eliminação da precariedade e a atratividade da carreira docente.

Para a FNE a proposta de OE2021 continua a adiar as soluções dos problemas estruturais e que a aposta na educação e na formação se esgota no discurso, por insuficiência de recursos atribuídos.

Num documento repleto de alertas ao Governo, destaca-se a questão do programa de disponibilização de equipamentos informáticos para alunos e professores, pois para a FNE, ignorou-se por completo a necessidade de contratação de técnicos que assegurem a atualização, a manutenção e a segurança, pelo que os equipamentos obsoletos continuarão inoperacionais e os novos que forem adquiridos rapidamente deixarão de poder ser utilizados.

A FNE lembrou ainda que faltam professores e funcionários nas escolas, reforçando que a decisão de afetar 3300 professores para a recuperação e consolidação de aprendizagens represen-

ta um aumento de menos de um por escola, assim como no mesmo sentido, é insuficiente a disponibilização de 900 técnicos de intervenção que deveriam ser distribuídos por cinco áreas (desde os psicólogos, aos mediadores, aos animadores, aos assistentes sociais e terapeutas), e que se concretiza em pouco mais do que um técnico por agrupamento. E ignora-se mais uma vez a necessidade de dotar cada escola com um enfermeiro.

Já o anúncio de mais 3000 assistentes operacionais não representa qualquer reforço efetivo nas escolas, e esta medida vai traduzir-se na substituição de contratações temporárias a definitivas e na substituição dos trabalhadores que se aposentam. Desta forma o reforço é inexistente e as escolas continuarão sem os assistentes operacionais de que precisam.

Segundo a FNE, o Governo assinala como positivo o crescimento de verbas para a Educação neste Orçamento de Estado; em

relação a anos anteriores; a verdade, no entanto, é que as verbas agora inscritas não atingem nem os valores de orçamentos que no passado já foram atribuídos a este setor, como não correspondem ao valor percentual que todas as instituições internacionais reconhecem como essencial e que deve atingir o valor de 6%, como a FNE tem sublinhado sistematicamente. Globalmente esta proposta não atinge os valores que o investimento na Educação e na Formação exigem, também em múltiplos aspetos ela se revela muito insuficiente.

Em suma, numa apreciação genérica e imediata, a FNE considera que faltam medidas que contemplem o acesso à pré-reforma, políticas de estabilidade e que eliminem a precariedade entre os educadores e professores portugueses, com este OE2021 a traduzir-se numa enorme insatisfação pela incapacidade do Governo para adotar políticas adequadas para um sistema de educação e formação de qualidade.

Orçamento de Estado para 2021:
nem adequado, nem suficiente e
com falta de visão para o futuro

Maria Helena André no webinar da AFJET: “Sindicatos são fundamentais para a coesão social”



Oito dias após a data de comemoração oficial do Dia Mundial do Trabalho Digno (7 de outubro) o canal4 da AFJET - Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho, promovida pela Federação Nacional da Educação (FNE) e pelos seus Sindicatos membros, realizou o webinar “A Pandemia COVID-19 e os seus impactos socioeconómicos: um desafio para o trabalho digno”, tendo como oradora convidada Maria Helena André, Diretora do Departamento das Atividades dos Trabalhadores (ACTRAV) da OIT - Organização Internacional do Trabalho, em Genebra, com moderação dos dirigentes da FNE Alexandre Dias e Joaquim Santos.

Partindo da afirmação de que o vírus não é nada democrático, Maria Helena André definiu na

primeira frase da sua intervenção aquilo que o mundo vive no momento: "Vivemos a maior crise no mercado de trabalho desde 1930. Assistimos em março e abril a um bloqueio geral que parou, pasme-se, 81% da força de trabalho a nível mundial".

Mas estes são também tempos onde o impacto e as consequências da pandemia de COVID-19 não estão ainda totalmente determinados. Onde vamos parar após a suposta resolução do vírus, como vamos resolver novas questões legislativas que vão afetar uma geração inteira?

Maria Helena André, ex-Ministra do Trabalho e da Segurança Social, sublinhou que "o mundo vai viver mudanças profundas e sérias na vida social e também na organização do trabalho. Há

vários setores económicos 'de rastos' e há um medo enorme que os precários não beneficiem da recuperação e que aumentem as desigualdades", referindo ainda "que a OIT aponta a cerca de 345 milhões de empregos perdidos no terceiro trimestre. E por trás de cada número está uma pessoa e uma perda de rendimento, o que equivale a 5,5% dos três primeiros trimestres do PIB global em 2019".

Mas se é certo que antes da pandemia o mundo do trabalho já estava confrontado com novos desafios tecnológicos, financeiros, climáticos e demográficos, a verdade é que neste momento "não temos resposta nem soluções para o que aí vem.



Na prática estamos a construir em cima do impacto", acrescentando que "é muito importante que essa reconstrução seja centrada no ser humano, tal como está refletido nas definições de Trabalho Digno e na Agenda 2030 da OIT. Temos de atingir uma coesão e isso obriga a que os parceiros sociais sejam fortes, e instrumentos como o diálogo social não estão fora de moda e têm de voltar ao centro da política de discussão coletiva".

"O IMPACTO VAI PERSISTIR DURANTE MUITOS ANOS»

Neste ponto, Maria Helena André partilhou cinco áreas de ação e de desafios que considera relevantes neste tema, começando pela "ordem das prioridades, ou seja, responder de forma equilibrada em vários setores determinantes, como por exemplo a saúde. Não podemos entrar na recuperação sem garantir a segurança da saúde de todos. Assim como nos desafios da economia e mercado de trabalho. Sabemos que as economias não podem voltar a parar, mas necessitamos da garantia de condições de segurança".

Em segundo "temos de arranjar soluções e saídas para a crise de uma forma gradual em todos os níveis, seja nacional ou internacional, e como aplicar as medidas de apoio que têm sido

facultadas aos países", com a oradora a alertar neste ponto que "o impacto vai persistir durante anos. Vamos ter um aumento da pobreza e das desigualdades, assim como uma crescente ausência de comércio internacional".

Num terceiro ponto refere que "existe uma urgência de respostas para todos. A pandemia expôs precariedade, desigualdade. Existem cerca de dois mil milhões de trabalhadores na economia informal e nas plataformas sem proteção social. E o desafio passa por dar o mínimo dessa proteção aos que nada têm, alargando isso a todos, independentemente do vínculo laboral que possuem".

De seguida, temos de resolver a falta de solidariedade internacional, pois "todos têm de dar as mãos e mobilizar recursos para ajudar quem mais perdeu. Nos cem anos da OIT, reafirmámos que nenhuma organização ou governo pode enfrentar sozinha uma crise. Parecia quase uma previsão e agora é tempo de aplicar isso mais que nunca".

Por último, a convidada voltou a sublinhar que "a negociação coletiva e o diálogo social têm de estar no centro das políticas sociais. Esta é uma das formas de fortalecer as economias e a coesão social e a OIT tem feito apelo a isso. Temos assistido em

vários países a organizações de trabalhadores a chegarem-se à linha da frente com propostas para diálogo social. E esse é o caminho em que a importância dos sindicatos se torna ainda mais crucial para o futuro".

Maria Helena André lembrou ainda o papel decisivo dos professores durante os primeiros meses de pandemia, dizendo presente e de forma proactiva, e que mesmo sem experiência e com muitas dificuldades materiais e logísticas foram um exemplo de resiliência, assim como muitos profissionais de outros setores, que fizeram com que nem tudo parasse e a economia conseguisse manter-se em mínimos.

O teletrabalho foi outro tema de debate, com a dirigente da OIT a dizer que "o mundo assistiu à maior experiência de teletrabalho de sempre. Agora as consequências vão chegar ao longo do tempo. O enquadramento legal do trabalho remoto levanta novas questões e a educação e os professores são um desses casos, mas lá está, isso implica diálogo e negociação coletiva.

Existem muitos abusos dentro do teletrabalho, quebra-se muito o direito a desligar e é necessário criar uma igualdade de direitos sindicais para quem trabalha em teletrabalho relativamente aos restantes".



Maria Helena André não esqueceu uma palavra para as mulheres e para a igualdade de gênero pois, no seu ponto de vista, "corre-se o risco de recuar nos direitos alcançados pelas mulheres e torna-se necessário que os sindicatos estejam vigilantes".

Sindicatos esses que na perspectiva da oradora convidada deste webinar "têm de ter uma ênfase renovada para dar uma voz mais forte, mais presente, aos que se encontram mais vulneráveis no mercado de trabalho, e de poder partilhar essa voz nas estruturas sindicais. Nos últimos anos temos assistido a um declínio dos sindicatos em todo o mundo e, para mim, a única forma do movimento sindical manter a sua relevância no futuro é através da forma como vai reagir a esta pandemia, de atrair novos setores de trabalhadores e tornar-se líder na voz pela justiça social, para se alcançar sociedades mais justas e mais prósperas. E é preciso atrair jovens para as estruturas sindicais. Sem isso, os sindicatos correm o risco de marginalização, de substituição do movimento sindical por outras forças. Daí considerar esta recuperação de vitalidade como imprescindível para o nosso futuro".

PAPEL DOS SINDICATOS É FUNDAMENTAL PARA EVITAR VULNERABILIDADES

Alexandre Dias e Joaquim Santos atiraram então para a conversa algumas questões colocadas pelos participantes,

que versaram à volta do facto de existir, como referiu Alexandre Dias, "um certo autismo por parte do governo relativamente aos sindicatos", mas também da forma como os países devem integrar os migrantes e de como as tecnologias podem fazer parte, cada vez mais, do processo produtivo e dessa forma prejudicar os trabalhadores.

Maria Helena André iniciou o conjunto de respostas pelo fim e assumiu "que não devemos ter medo da robotização. Agora, ela deve existir como complemento, apesar de os robots não terem sindicatos, nem fazerem greves, precisam do apoio humano para trabalhar. A realidade é que vivemos uma fase de aceleração das novas tecnologias. E também neste ponto somos obrigados a adaptar o Código de Trabalho a estas novas exigências, sem esquecer que todos devem ser protegidos de igual forma e que todos merecem uma negociação coletiva capaz de criar contextos cada vez mais inclusivos".

Já relativamente às minorias étnicas e aos migrantes, Maria Helena André lembrou que "a OIT está atenta e dá muito apoio ao desenvolvimento socioeconómico dos países de origem de muitos migrantes e procura reinventar a forma de acesso ao mercado, procurando a garantia de que ninguém fica para trás.

Acima de tudo os migrantes têm de ter acesso aos empregos tal como qualquer outra pessoa, têm direito a ser integrados e tem de existir igualdade nas condições laborais. Neste ponto, os sindicatos têm responsabilidade de fazer com que isto se torne uma realidade".

Ainda sobre o papel dos sindicatos, a dirigente da OIT referiu que "têm de sair da zona de conforto, ir ao terreno, os trabalhadores precisam sentir que os sindicatos são a sua voz para defender aquilo que lhes pedirem. O COVID-19 veio acentuar a vulnerabilidade em vários setores e a prioridade dos governos e sindicatos deve passar por conseguir uma igualdade social", dizendo ainda ser "necessário antecipar soluções para perguntas que ainda não existem".

Em jeito de balanço final, Maria Helena André defendeu que "as sociedades precisam de ter participação na cidadania. É uma utopia? Não creio. Cabe a todos lutar por isso. A gestão do mercado de trabalho tem de ser feita de maneira justa, com os sindicatos a terem um papel fundamental protegendo, entre outros, os trabalhadores precários e os falsos independentes". Concluindo, "temos que trabalhar não para que fique tudo bem, mas para que fique tudo melhor".

NÃO DOCENTES

Aos trabalhadores de Apoio Educativo (Pessoal Não Docente)



STAE
SUL E REGIÕES AUTÓNOMAS

Atravessamos momentos de incertezas, receios e angústias.

É neste quadro inimaginável que, há pouco mais de meio ano, somos chamados a desempenhar as nossas funções, com toda a serenidade e competência, para podermos transmitir às crianças e jovens que cuidamos uma forte segurança e confiança. Temos que de responder à altura ao desafio que nos é colocado, não podemos falhar.

Temos obrigatoriamente que sair mais fortes desta tempestade que estamos a atravessar.

Só sairemos vencedores desta luta se melhorarmos como pessoas e como profissionais. É para esse melhoramento diário que podem contar connosco, sempre. Colocando-nos as vossas questões, dúvidas e constrangimentos para que juntos os ultrapassemos.

A janela da nossa casa - a casa de todos os trabalhadores da Educação - está aberta para vos receber. Estamos atentos, disponíveis, prontos a trabalhar para que nos tornemos todos melhores pessoas e melhores profissionais.

É em momentos de dificuldade como este que temos que mostrar a nossa resiliência, a nossa incomparável força, para ultrapassar obstáculos difíceis.

Aos trabalhadores de Apoio Educativo (Pessoal Não Docente), a todos os profissionais da Educação, a nossa palavra de alento e força na dura luta que estamos a atravessar. Todos estes profissionais são merecedores de respeito e agradecimento pelo seu desempenho junto das crianças e jovens do nosso país.

OBRIGADO, MUITO OBRIGADO

Cristina Ferreira
Presidente do STAAE SUL e RA



CSEE: em tempo de Pandemia, novos desafios para a educação

Nos dias 12 e 13 de outubro de 2020, reuniu em Bruxelas, em reunião ordinária por videoconferência, o Comité Sindical Europeu para a Educação (CSEE), para debater e deliberar sobre assuntos relacionados com as atividades e ações desta organização.

Durante os dois dias, foram debatidos vinte e três pontos da ordem de trabalhos e aprovados um conjunto de documentos vitais para o funcionamento do CSEE, bem como uma estratégia de ação referente aos próximos meses.

Um dos pontos fundamentais desta reunião visava a preparação da Conferência Virtual 2020, a realizar em dezembro, onde se realizarão as eleições para os órgãos do CSEE para o próximo mandato.

A FNE deixa de assegurar a representação de Portugal, até agora assegurada por Alexandre Dias, mas continuará a contribu-

ir para o crescimento e dignificação do CSEE.

Foram ainda analisados um vasto conjunto de temas onde o CSEE está a desenvolver ações específicas: efeitos do COVID-19; Educação e Formação; Diálogo Social Europeu; Educação e Mercado.

Posteriormente, foram apresentados os relatórios dos órgãos estatutários: HERSC, Igualdade, Estatuto das Mulheres e Painel Consultivo da Educação que contribuíram para conhecer o trabalho realizado por estes grupos.

A questão do COVID ocupou um lugar privilegiado na discussão e confirmaram-se os piores cenários relativos aos seus efeitos na educação e na economia.

Os sistemas de ensino não foram reforçados quer em termos de meios humanos e financeiros, quer em termos de recursos; os professores tiveram de se adap-

tar à nova realidade usando os seus próprios recursos e a sua capacidade de resiliência e compromisso neste confinamento; a pandemia revelou e gerou graves desigualdades entre zonas geográficas, entre alunos de diferentes extratos sociais e na capacidade de acesso à informação.

Relativamente às aprendizagens levantam-se questões sérias sobre a eficácia e a relevância das mesmas durante a pandemia: assistimos a uma tentativa de minorização do papel do professor e à valorização da tecnologia como o garante do sucesso educativo.

A oportunidade de fazer da educação um negócio interessante para privados está a abrir caminho para uma desvalorização deliberada da educação pública e a um investimento massivo no ensino e formação privado, presencial e on-line, com todas as contradições que lhe são inerentes.

A visão geral da situação dos diferentes países é a de que se degradaram as condições de trabalho dos professores e das escolas e que é fundamental uma ação musculada e eficaz dos professores e das organizações que os representam, Sindicatos e Federações.



Diplomas publicados em Diário da República de 26 de setembro a 25 de outubro de 2020

[Portaria nº 586-A/2020 - DR nº 189/2020, 2º Suplemento, Série II de 2020-09-28](#)

Finanças, Modernização do Estado e da Administração Pública, Planeamento e Educação - Gabinetes do Ministro de Estado e das Finanças, da Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública e dos Ministros do Planeamento e da Educação
Contratação a termo resolutivo certo, até ao final do ano escolar de 2020/2021, de até 1500 assistentes operacionais.

[Resolução do Conselho de Ministros nº 81/2020 DR nº 190/2020, Série I de 2020-09-29](#)

Presidência do Conselho de Ministros
Prorroga a declaração da situação de contingência, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

[Decreto-Lei nº 78-A/2020 - DR nº 190/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-09-29](#)

Presidência do Conselho de Ministros
Altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19.

[Deliberação nº 947/2020 - DR nº 190/2020, Série II de 2020-09-29](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior
Divulga alterações de elencos de provas de ingresso para as candidaturas ao ensino superior de 2021, 2022 e 2023.

[Despacho nº 9323/2020 - DR nº 191/2020, Série II de 2020-09-30](#)

Educação - Direção-Geral da Educação
Manutenção das equipas multidisciplinares da Direção-Geral da Educação para o ano escolar de 2020-2021.

[Decreto-Lei nº 79-A/2020 - DR nº 192/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-10-01](#)

Presidência do Conselho de Ministros
Estabelece um regime excecional e transitório de reorganização do trabalho e de minimização de riscos de transmissão da infeção da doença COVID-19 no âmbito das relações laborais.

[Despacho nº 9593-A/2020 - DR nº 193/2020, 2º Suplemento, Série II de 2020-10-02](#)

Educação - Direção-Geral da Administração Escolar
Subdelegação de competências nos diretores dos agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas e nos presidentes das comissões administrativas provisórias, para a realização do procedimento concursal comum de recrutamento, nos termos do artigo 32.º da Portaria nº 125-A/2019, de 30 de abril.

[Resolução da Assembleia da República nº 77/2020 DR nº 194/2020, Série I de 2020-10-06](#)

Assembleia da República
Apreciação da aplicação do estado de emergência, declarado pelo Decreto do Presidente da República nº 17-A/2020, de 2 de abril.

[Resolução da Assembleia da República nº 78/2020 DR nº 195/2020, Série I de 2020-10-07](#)

Assembleia da República
Apreciação da aplicação do estado de emergência, declarado pelo Decreto do Presidente da República nº 20-A/2020, de 17 de abril.

[Portaria nº 597/2020 - DR nº 196/2020, Série II de 2020-10-08](#)

Finanças e Educação - Gabinetes das Secretárias de Estado do Orçamento e da Educação
Autoriza os agrupamentos a assumir os encargos plurianuais decorrentes da aquisição de serviços de transporte escolar dos alunos com necessidades educativas especiais, durante o ano letivo 2020/2021.

[Resolução do Conselho de Ministros nº 84/2020 DR nº 197/2020, Série I de 2020-10-09](#)

Presidência do Conselho de Ministros
Prorroga o mandato do grupo de projeto «Conselho para as Tecnologias de Informação e Comunicação na Administração Pública».



[Resolução do Conselho de Ministros nº 87/2020](#)
[DR nº 200/2020, Série I de 2020-10-14](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Define orientações e recomendações relativas à organização do trabalho na Administração Pública no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

[Resolução do Conselho de Ministros nº 88/2020](#)
[DR nº 200/2020, Série I de 2020-10-14](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Define orientações e recomendações relativas à organização e funcionamento dos serviços públicos de atendimento aos cidadãos e empresas no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

[Resolução do Conselho de Ministros nº 88-A/2020](#)
[DR nº 200/2020, 1º Suplemento,](#)
[Série I de 2020-10-14](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Declara a situação de calamidade, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

[Despacho nº 9950/2020 - DR nº 201/2020,](#)
[Série II de 2020-10-15](#)

Educação - Gabinete do Ministro

Apoio financeiro aos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública para aquisição de material didático.

[Decreto-Lei nº 87-A/2020 - DR nº 201/2020,](#)
[1º Suplemento, Série I de 2020-10-15](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Altera as medidas excepcionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19.



[Portaria nº 245-A/2020 - DR nº 202/2020,](#)
[1º Suplemento, Série I de 2020-10-16](#)

Finanças, Modernização do Estado e da Administração Pública e Educação

Primeira alteração à Portaria nº 272-A/2017, de 13 de setembro, que regulamenta os critérios e a respetiva fórmula de cálculo para a determinação da dotação máxima de referência do pessoal não docente, por agrupamento de escolas ou escolas não agrupadas.

[Declaração de Retificação nº 40-A/2020](#)
[DR nº 202/2020, 2º Suplemento,](#)
[Série I de 2020-10-16](#)

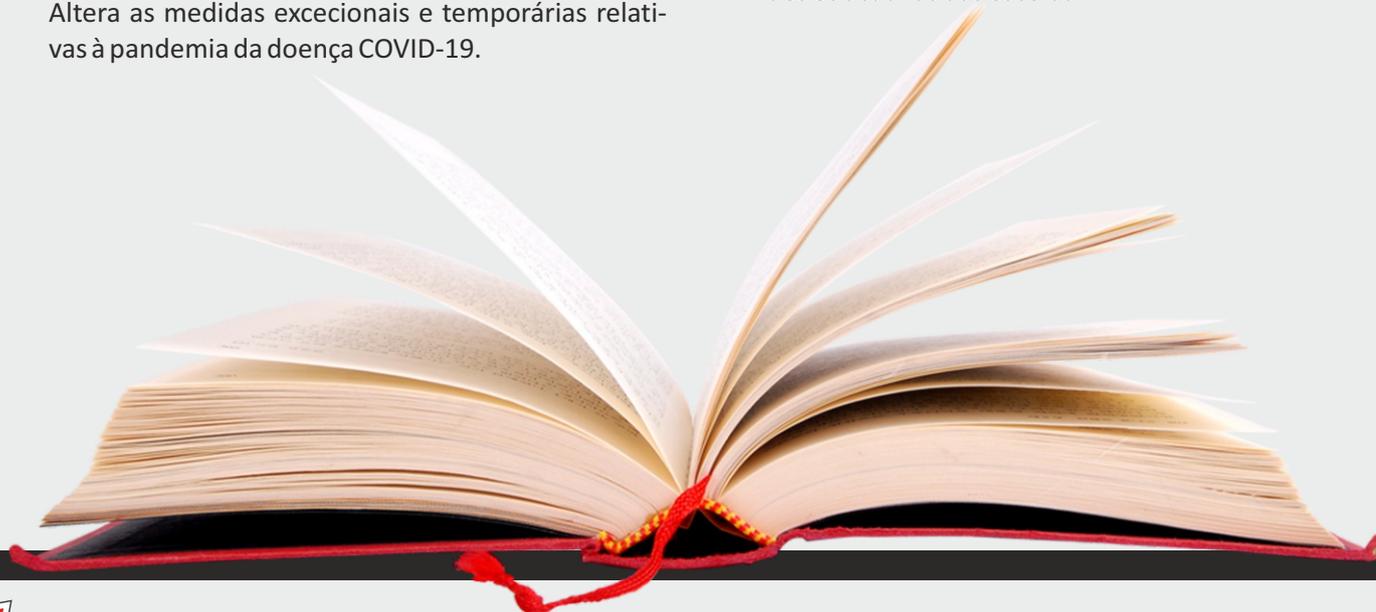
Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral

Retifica a Portaria nº 245-A/2020, de 16 de outubro, que procede à primeira alteração à Portaria nº 272-A/2017, de 13 de setembro.

Recomendação nº 4/2020 - DR nº 207/2020, Série II de 2020-10-23

Educação - Conselho Nacional de Educação

Recomendação sobre «A condição dos assistentes e dos técnicos especializados que integram as atividades educativas das escolas»



Há +vantagens em ser associado FNE
Clique aqui para consultar os protocolos

Protocolos



+Vantagens

www.fne.pt

FICHA TÉCNICA
OUTUBRO 2020

proprietário
Federação Nacional da Educação

diretor
João Dias da Silva

editor
Pedro Barreiros

produção de conteúdos
Joaquim Santos e Tiago Soares

secretariado
Teresa Morais

sindicatos membros
Sindicato dos Professores da Zona Norte *
Sindicato dos Professores da Zona Centro *
Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo * Sindicato

Democrático dos Professores do Sul * Sindicato Democrático dos Professores dos Açores * Sindicato Democrático dos Professores da Madeira * Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusitadas * Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Norte * Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro * Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas

tesoureiro
Joaquim Fernandes

redação
Rua Pereira Reis, 399 * 4200-448 Porto *
tel. 225 073 880 * fax. 225 092 906 *
secretariado@fne.pt

produção gráfica e paginação
Rafael Marques e Tiago Soares



fne

FORUM 2020

Ciclo de webinars

NOV e DEZ 2020 17:00H às 18:00H

2 de novembro



Formação de professores - inicial, contínua especializada;
da lógica original do ECD às sucessivas mudanças introduzidas/aplicadas
e o desafio para o futuro

Rui Eduardo Trindade Fernandes

Presidente do Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua



José Sales

Vice-reitor para o Ensino, Formação e Organização Académica da Universidade Aberta

5 de novembro



As metamorfoses/desafios de hoje do mundo do trabalho

Pedro Roque Oliveira

Presidente da Comissão Parlamentar de Trabalho e Segurança Social

12 de novembro



O Projeto PISA para as Escolas

Gonçalo Xufre

OCDE

26 de novembro



Um sistema educativo para a equidade

Bravo Nico

Universidade de Évora

10 de dezembro



O ensino privado no contexto europeu
e os desafios para o EPC em Portugal

Rodrigo Queiroz e Melo

Universidade Católica